Feminismos viajantes: da mulher/corpo à cidadania de gênero*

Millie Thayer**

Resumo

A autora traça as trajetórias globais de discursos e teorias feministas nas suas viagens do Norte ao Sul, usando o desenvolvimento histórico do SOS Corpo em Recife como estudo de caso. Ela sugere que em momentos históricos particulares as feministas brasileiras se apropriaram seletivamente de concepções tais como, no início, “mulheres” e, mais tarde, “gênero”, – vindas da Europa e dos Estados Unidos, transformando-as no processo de atuação em relação a outros atores no seu próprio campo político-institucional, e articulando-as a construções discursivas locais. Esse processo inovador, porém, ocorreu no contexto de relações globais de poder que colocaram obstáculos no caminho de viagens discursivas de volta do Sul ao Norte, deslocando as relações entre movimentos feministas diferentemente situados.

Palavras-chave: Cidadania, Corpo, Feminismo, Gênero.

* O original em inglês deste artigo faz parte da coletânea editada por BURAWOY, Michael *et alii*. *Global Ethnography: Forces, Connections and Imaginations in a Postmodern World*. Berkeley, University of California Press, 2000. (Tradução: Cíntia Ávila de Carvalho. Revisão da autora.)

** Doutoranda da Universidade de Califórnia, Berkeley.

Feminismos viajantes

Traveling Feminisms:
From Embodied Women to Gendered Citizenship

Abstract

The author traces the global trajectories of feminist theories and discourses as they travel from North to South, using the historical development of SOS Corpo in Recife as a case study. At particular historical moments, she argues, Brazilian feminists selectively appropriated conceptions – such as, initially, “women” and, later, “gender” – from Europe and the United States, transforming them in the process of engaging with other actors in their own political-institutional field, and linking them to local discursive constructions. This process of innovation, however, occurred within the context of global power relations which put obstacles in the way of discursive return journeys from South to North, dis-locating the relations among differently situated feminist movements.

Key words: Citizenship, Body, Feminism, Gender.

Em 1980, um pequeno grupo de feministas do Recife fundou uma organização de saúde da mulher e deu-lhe o nome de SOS Corpo. Havia uma década que o corpo feminino vinha sendo o ponto focal dos movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos.¹ Nos EUA, o Boston Women's Health Course Collective, fundado em 1969, no auge do movimento de liberação das mulheres, foi um dos primeiros defensores do *empowerment* das mulheres por meio do conhecimento de seus próprios corpos.² “A informação [sobre a anatomia e a fisiologia da mulher] é uma arma sem a qual não podemos começar a luta coletiva pelo controle sobre nossos corpos e vidas”, escreveu o grupo em seu livro *Our Bodies, Ourselves*, publicado pela primeira vez em 1970.³ O manual de saúde buscava desmistificar a medicina, equipando as mulheres com os instrumentos necessários para fazer escolhas informadas sobre os cuidados com a saúde. Numa época em que o conhecimento sobre o corpo feminino ainda era considerado uma província dos especialistas masculinos, tópicos como sexualidade, contracepção, gravidez e parto, bem como os sentimentos das mulheres em relação a eles, foram discutidos abertamente, em linguagem acessível. O Coletivo de Boston fez a reivindicação revolucionária de que as próprias mulheres eram a fonte de conhecimento sobre seus corpos, bem como os agentes de mudança, mediante o *empowerment* individual e um processo coletivo no qual os problemas pessoais eram transformados em questões políticas.

Não demorou para que essa abordagem feminista da politização do corpo feminino começasse a viajar. Na segunda metade dos anos 70, membros do Coletivo passaram a assumir

¹ Para uma discussão da política do corpo no começo da segunda onda feminista nos Estados Unidos, ver GERSON, Deborah A. *Speculums and Small Groups: New Visions of Female Bodies*. In: *Practice from Pain: Building a Women's Movement through Consciousness Raising*, PhD dissertation, UC Berkeley, 1996.

² O grupo, que ofereceu primeiro um curso sobre saúde da mulher, mudou depois seu nome para Boston Women's Health Book Collective, pois mudou sua razão de existir.

³ BOSTON WOMEN'S HEALTH COURSE COLLECTIVE *Our Bodies, Ourselves*. Boston, New England Free Press, 1971, p.4. A edição inicial de 1970 tinha por título *Women and their Bodies*, mas foi renomeada no ano seguinte.

papel de liderança no incipiente movimento internacional da saúde da mulher e fazer contato com as muitas organizações que começavam a surgir no mundo todo. Em 1976, *Our Bodies, Ourselves* estava na lista dos livros mais vendidos dos Estados Unidos e, em 1980, já fora adaptado e traduzido por grupos de mulheres para onze línguas e vendera mais de dois milhões de exemplares.⁴ O livro foi lido e sua influência sentida em todos os continentes. Porém, embora as feministas de todo o mundo captassem a mensagem de que o conhecimento e o controle do corpo estavam no centro do projeto da liberação das mulheres, essa concepção assumiu formas diferentes em diferentes lugares.

Os discursos sobre a mulher e o corpo chegaram em Recife por volta da metade da década de 1970. Várias das mulheres que fundaram o SOS Corpo tinham lido *Our Bodies, Ourselves* e outras tinham participado do movimento de auto-ajuda feminista quando estavam exiladas na França. No começo dos anos 80, discursos sobre “corpo da mulher” semelhantes aos daqueles do movimento de saúde da mulher de Boston predominavam no SOS e auto-exames ginecológicos e discussões da própria sexualidade davam coerência interna ao grupo. Mas nos anos 90, houve uma mudança notável nos discursos e práticas da organização. O lugar privilegiado da “mulher” foi tomado pelas “relações de gênero” e a visão mudou do “corpo” para a “cidadania”, embora ainda centrada nas questões da saúde. Em vez de praticar a auto-ajuda, a organização relacionou-se com o Estado numa busca por direitos corporais.

Como essas mudanças discursivas ocorreram e como se ligavam tanto às instituições locais quanto às conexões globais forjadas por grupos como o SOS? Quais eram as relações entre as teorias e discursos viajantes e entre os discursos do movimento e

⁴ Em 1996, já tinha vendido mais de quatro milhões de exemplares em quinze idiomas, inclusive braille; FEINBERG, Madaline. The Boston Women's Health Book Collective Celebrates Its 25th Anniversary! *The Network News* 21, no. 3 May/June 1996.

as práticas de campo que expressavam e eram articuladas por eles? E finalmente, como as relações globais de poder dificultaram ou facilitaram a migração teórica e discursiva?

Embora as feministas do SOS Corpo participassem de conferências, redes e alianças do movimento feminista transnacional⁵, as mudanças na paisagem discursiva no nordeste do Brasil não foram uma simples questão de transmissão de mão única do Norte e absorção passiva pelo Sul, mas refletiram afastamentos significativos dos modelos europeu e norte-americano. Esses discursos e as práticas a eles relacionadas também não estavam presos numa correspondência de um para outra, mas atuavam antes em relação semi-autônoma. Os discursos da mulher e do corpo “importados” em 1980 trouxeram com eles um certo conjunto de práticas baseadas nos movimentos de auto-ajuda dos Estados Unidos e da Europa. Porém, enquanto os discursos permaneceram essencialmente os mesmos ao longo da década seguinte, as práticas começaram rapidamente a mudar, acabando por solapar uma linguagem e uma concepção que não podiam mais tirar sentido deles. Depois de uma década, novos discursos, dessa vez com raízes na teoria acadêmica, suplantaram os antigos. Por fim, enquanto ocorriam fortes mudanças no discurso e na prática dos movimentos feministas no Nordeste do Brasil, o mesmo não acontecia no movimento da saúde da mulher

⁵ Junto com o capital, movimentos sociais de vários tipos estão se espalhando pelo globo, mas o feminista é um dos mais transnacionalizados, em parte devido às conferências da ONU sobre mulher que, partir de 1975, no México, reuniram as militantes em eventos paralelos. Desses contatos surgiram muitas redes feministas, campanhas de ação global e alianças transnacionais – um “público subalterno” em que os significados são articulados, transmitidos, contestados e reconstituídos. FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere. In: *Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Post-Socialist” Condition*. New York, Routledge, 1997. Para uma descrição de como o que elas chamam de “redes de advocacia” transnacionais” foram montadas em torno de questões de mulher e violência, ver KECK, Margaret E. e SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca, Cornell University Press, 1998.

Feminismos viajantes

em Boston, onde o discurso da mulher e do corpo persistiu quase três décadas depois de seu aparecimento.

Feminismos viajantes

Há um corpo crescente de literatura acadêmica sobre “teorias viajantes”⁶, boa parte do qual de autoria de feministas interessadas em deslindar as conexões complexas e, com frequência, disjuntivas entre os feminismos em diferentes localizações geográficas. Essas autoras tratam a teoria como o que Kaplan e Grewal chamam de “objeto de troca”, parte dos fluxos culturais transnacionais num mundo cada vez mais globalizado.⁷ É uma literatura agudamente consciente da significação do contexto, que olha para a maneira como os significados encontram resistência e mudam quando cruzam diferentes tipos de fronteiras. Mary E. John, que estudou as relações entre a teorização feminista nos Estados Unidos e na Índia, sustenta que a teoria é uma construção geológica “composta” cujas sedimentações refletem os locais em que foi criada ou pelos quais passou. Relocalização e assimilação não são processos suaves, tendo em vista os modos com que os pressupostos fundamentais embutidos na teoria refletem suas origens em diferentes circunstâncias.

⁶ Ver CLIFFORD, James. Notes on Travel and Theory. *Inscriptions: Traveling Theories, Traveling Theorists* (5), 1989; COSTA, Cláudia Lima. Being There and Writing Here: Gender and the Politics of Translation in a Brazilian Landscape. Paper presented at the XX International Congress of the Latin American Studies Association, Guadalajara, April, 1997; JOHN, Mary E. *Discrepant Dislocations: Feminism, Theory, and Postcolonial Histories*. Berkeley, University of California Press, 1996; KAPLAN, Caren e GREWAL, Inderpal. Introduction: Transnational Feminist Practices and Questions of Postmodernity. In: KAPLAN, Caren e GREWAL, Inderpal. (eds.) *Scattered Hegemonies: Postmodernity and Transnational Feminist Practices*. Mineapolis, University of Minesota Press, 1994; MANI, Lata. Multiple Mediations: Feminist Scholarship in the Age of Multinational Reception. *Inscriptions: Traveling Theories, Traveling Theorists* (5), 1989; e SAID, Edward W. Traveling Theory. In: *The World, the Text and the Critic*. Cambridge, Harvard University Press, 1983.

⁷ KAPLAN e GREWAL. Introduction. Op.cit., p.16.

Várias dessas estudiosas chamam a atenção para as desigualdades estruturais entre os pontos diferentemente situados da viagem teórica. Como comenta John:

O poder do ocidente se manifesta (...) em sua capacidade de projetar sua influência para além de suas fronteiras geonacionais – para tornar seletivamente permeáveis as fronteiras dos outros estados e nações.⁸

O que eram inicialmente concepções locais dos países mais ricos e desenvolvidos tornam-se, com a ajuda do poder material em seus pontos de origem, forças globais quando viajam para o assim chamado Terceiro Mundo e lá se implantam.⁹

Mas a esse corpo de literatura faz falta uma análise concreta da dinâmica envolvida nessas relações de troca conceitual desigual. Em parte, isso ocorre porque a maioria dessas teóricas concentra sua atenção no modo como as acadêmicas transmitem e recebem concepções novas, em vez de examinar como os movimentos sociais se apropriam seletivamente e transformam os significados globais, bem como os materializam em práticas locais.¹⁰ A preocupação das autoras referidas aqui é com a transferência de teorias – *sistemas intelectuais de pensamento que*

⁸ JOHN. *Discrepant Dislocations...* op.cit., p.3.

⁹ Reconheço que boa parte da terminologia disponível para caracterizar as diferenças de poder e riqueza entre países (Primeiro Mundo/Terceiro Mundo, centro/periferia, desenvolvido/subdesenvolvido, industrializado/agrícola) está carregada de hierarquias implícitas, bem como de dicotomias que parecem cada vez mais inadequadas para descrever as complexidades das sociedades contemporâneas. Os rótulos geográficos também são problemáticos, mas talvez menos marcados por valores ocultos. Embora alguns autores se refiram ao “Ocidente”, neste artigo, escrevendo da perspectiva da América Latina, optei por usar o termo “Norte” para descrever os estados/culturas euro-norte-americanos dominantes dos quais as feministas de países do “Sul”, inclusive o Brasil, se apropriam de teorias e discursos.

¹⁰ Embora muitas acadêmicas, tanto do Norte como do Sul, se identifiquem e participem de movimentos feministas, a literatura aqui descrita não analisa as maneiras como teorias/discursos são integrados nas estratégias e táticas desses movimentos, conformando-os.

Feminismos viajantes

são coerentes e explícitos e que não têm conexão necessária com práticas concretas. Por meio de meu estudo do SOS Corpo, argumento que, embora os movimentos sociais incorporem eventualmente teorias, são nos discursos – *modos de conceber e de falar sobre a experiência social que são amiúde fragmentários, às vezes contraditórios, e freqüentemente fundados em pressupostos apenas parcialmente conscientes* – em que os movimentos mais tipicamente se baseiam e que assumem forma em seu pensamento e ação. Os discursos são uma arma muito mais flexível e facilmente assimilável para as manobras táticas e a improvisação diante dos obstáculos. Quando os movimentos invocam teorias mais formais, com freqüência as desmontam e as reconstróem como discursos, que podem ser então ligados não somente a outros discursos, mas também a uma variedade de práticas.

Como meio de conceituar o mundo, tanto teorias como discursos podem ter conseqüências importantes para a ação institucional e do movimento. Mas diferente das teorias, os discursos estão sempre ligados a um conjunto de práticas. Porém, as práticas inspiradas por um determinado discurso não estão indissolúvelmente presas a ele num pacote inconsútil; ambos são semi-autônomos em relação ao outro, mudam em ritmos diferentes e são capazes de influência mútua, mesmo que apresentem uma frente aparentemente unificada. Para entender o destino dos feminismos viajantes tal como são transpostos por movimentos fora de seus lugares de origem, os discursos e as práticas devem ser desarticulados e a relação de seus respectivos ritmos deve ser revelada. Além disso, a análise exige a compreensão dos modos como os discursos e as práticas militantes são moldados pela configuração das instituições globais e locais que constituem o campo de ação de qualquer movimento determinado.¹¹

¹¹ Kaplan e Grewal, numa crítica das concepções universalistas da opressão feminina, chamam variedade de forças dominantes com que os diferentes movimentos se enfrentam de “hegemonias dispersas”.

As teorias e os discursos são construídos e viajam de maneira diferente, como afirmei aqui, e são apropriados por movimentos sociais em diferentes pontos de seu desenvolvimento, no contexto de campos de ação em mudança e conjuntos contrastantes de relações de poder entre atores políticos locais e influências globais. A relação dos movimentos sociais do Sul com significados globalmente móveis do Norte não é uma questão de simples imposição de concepções alienígenas, nem de inovação local totalmente autônoma, trata-se antes de um processo em andamento de negociação com momentos distintos.

No caso descrito aqui, o primeiro momento ocorreu em 1980, em torno da fundação do SOS Corpo, numa época em que a própria organização e o movimento feminista brasileiro mais amplo eram relativamente novos, sem estruturas formais e práticas estabelecidas. O “corpo da mulher” entrou inicialmente no Brasil e chegou ao SOS de Recife como um conjunto de discursos europeus e norte-americanos ligados a tipos particulares de práticas feministas. Nessa conjuntura, por um breve período, o feminismo do Norte tornado global impôs seus contornos ao feminismo do nordeste brasileiro. Mas na medida em que as ativistas da saúde da mulher de Recife se engrenaram com as forças ao seu redor – o Estado, agências internacionais de financiamento e movimentos sociais locais –, suas práticas se desenvolveram em direções diferentes daquelas inicialmente importadas e acabaram por superar os discursos antigos.

Num segundo momento, os feminismos viajantes desempenharam novamente um papel catalisador, mas dessa vez as líderes do SOS se basearam não nos discursos do movimento, mas na teoria acadêmica, para preencher, pelo menos parcialmente, o vazio discursivo deixado pela obsolescência de “mulher” e “corpo”. As teorias das “relações de gênero” se difundiram nos círculos acadêmicos feministas do Norte no final dos anos 80 e começaram a circular entre intelectuais brasileiras das universidades e nas organizações não-governamentais do país. Em 1990, o SOS Corpo, agora plenamente institucionalizado,

Feminismos viajantes

com uma história de inovação de suas próprias práticas e um papel de liderança no movimento feminista brasileiro, bem como em redes internacionais de mulheres, organizou discussões da obra de Joan Scott sobre gênero. Nessa conjuntura histórica, as feministas de Recife negociaram com as concepções teóricas do Norte a partir de uma posição de relativa força e maturidade organizacional. Em vez de simplesmente adotar a linguagem do gênero, as participantes do SOS fizeram uma escolha consciente de incorporar a abordagem de Scott ao seu trabalho, reconstruindo a teoria como discurso e ligando seus elementos desagregados a outras construções discursivas locais. O fato de que a teoria migrou para o Sul diretamente da academia, sem metodologia ativista, facilitou o processo de articulação das “relações de gênero” com as práticas organizacionais já existentes no SOS. No processo, respondendo à configuração institucional particular dentro da qual o SOS realizava seu trabalho, tal como “mulher” e “corpo” antes dele, o discurso do gênero evoluiu, em seu novo ambiente, de forma diferente daquela ocorrida nos Estados Unidos.

As diferenças se cristalizaram nas ligações feitas pelo SOS entre “gênero” e outro discurso, o da “cidadania”. A compreensão da cidadania pelas feministas brasileiras teve uma trajetória histórica muito mais enraizada no contexto local do que a do discurso das relações de gênero. Produto dos movimentos sociais nascidos da luta contra a ditadura, a “cidadania” tornou-se um lema de arregimentação à medida que o processo de democratização avançava. Ao juntar “gênero” com as demandas por novos tipos de direitos, o que tinha se originado na teoria acadêmica se tornou discurso político no Brasil, transformando-se em instrumento de organização, além de categoria analítica.

1980-1982: corporalizando as mulheres

Mas por que esse silêncio? Por que permanece o corpo da mulher tão desconhecido, tão misterioso, tão proibido para a própria dona deste corpo? Será que nós nunca tivemos a curiosidade de conhecer a nós mesmas? Como é isso possível, se conhecer a si própria é um direito elementar da pessoa humana? Será que esse direito nos foi sempre negado?¹²

As fundadoras do SOS Corpo eram, em sua maioria, mulheres de classe média, brancas, com formação universitária, militantes ou simpatizantes da oposição de esquerda à ditadura então reinante.¹³ A maioria tinha conexões ou experiências internacionais: três tinham morado na França, uma viajara pelos Estados Unidos e México, outra era suíça. Várias delas tinham lido e sido influenciadas por *Our Bodies, Ourselves*, e algumas tinham tido contato com práticas de auto-ajuda ginecológica na França. A maioria tinha participado do Ação Mulher, um grupo anterior de conscientização feminista que se desfez em 1980, quando surgiram divergências entre os interesses e as visões estratégicas de suas participantes. Aquelas que conceberam o SOS estavam unidas em torno da preocupação com a sexualidade e a saúde da mulher.

O estado de Pernambuco, onde deram início ao projeto, está situado na região mais pobre de um país semi-periférico. Mas mesmo ali, fez-se sentir o desenvolvimento econômico promovido pelo Estado nas décadas de 1960 e 1970, estimulando a urbanização e a migração das zonas rurais para Recife e os novos

¹² SOS CORPO. *Corpo de Mulher*. Recife, SOS Corpo, 1982, p.5.

¹³ Eram uma médica, uma professora de expressão corporal, uma socióloga, uma arquiteta que se tornou antropóloga, uma fotógrafa, duas assistentes sociais e uma estudante; Maria Betânia Ávila, em AQUINO, Estela de e COSTA, Dina C. Entrevista realizada com Betânia, integrante do grupo SOS-Corpo, Recife. Julho de 1983.

Feminismos viajantes

centros industriais do sudeste, criando uma polarização social e econômica maior, levando um número crescente de mulheres para a força de trabalho e oferecendo novas oportunidades educacionais para as mulheres das classes alta e média que se tornariam a base social do feminismo incipiente no Recife e no resto do país.¹⁴

Em 1980, ainda havia ditadura no Brasil, mas uma abertura política gradual em andamento afrouxara o controle do regime.¹⁵ O que antes era um campo político dicotômico de Estado e oposição estava se rompendo e novos atores políticos começavam a aparecer. Mais para o final dos anos 70, a hegemonia dos discursos da oposição baseados na classe estava se desfazendo, à medida que movimentos centrados em raça, gênero e sexualidade começavam a desafiar o autoritarismo social, além do político.¹⁶

Os movimentos feministas no Brasil foram galvanizados pelas atividades desenvolvidas em torno da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, realizada pela ONU, no México em 1975, cujos efeitos em onda se fizeram sentir em todo o Terceiro Mundo, mas particularmente na América Latina. Um seminário realizado no Rio de Janeiro naquele ano levou à formação de vários grupos brasileiros no sul e sudeste. A maioria deles era de conscientização. Na medida em que partiram para a ação política durante os anos 70, suas lutas se articularam com o movimento mais amplo pela democratização e o que Molyneux

¹⁴ ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton, Princeton University Press, 1990.

¹⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *State and Opposition in Military Brazil*. Austin, University of Texas Press, 1985; e SKIDMORE, Thomas. *Brazil's Slow Road to Democratization: 1974-1985*. In: STEPAN, Alfred. (ed.) *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*. New York, Oxford University Press, 1989.

¹⁶ ALVAREZ Sonia E. e DAGNINO, Evelina. Para além da “democracia realmente existente”: Movimentos Sociais, a Nova Cidadania e a Configuração de Espaços Públicos Alternativos. Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, outubro de 1995.

chamou de “interesses estratégicos de gênero”¹⁷ foram mantidos fora da esfera pública.¹⁸

O SOS foi um dos vários grupos novos a assumir uma abordagem diferente, pondo o foco diretamente na especificidade da mulher. Numa carta de captação de recursos de dezembro de 1980, escrita para uma mulher que estava na França, as fundadoras declaravam seus objetivos:

Conhecimento de nossos corpos, de nossa sexualidade, de possíveis doenças, de sua cura e prevenção, a fim de diminuir a dependência que tem nos amarrado a médicos e medicinas alopáticas; divulgar esse novo conhecimento... [e], a médio prazo, formar outros grupos do mesmo tipo...¹⁹

Inicialmente, tal como no caso do coletivo de Boston, seus objetivos eram educarem-se a si mesmas e ajudar outras mulheres a desenvolver o conhecimento que elas achavam que mudaria a relação médico-paciente. Embora tivessem ambições de transformar as instituições que afetavam a vida das mulheres, não estavam, de início, orientadas para pressionar o Estado, quando mais não seja, pela presença da ditadura.

Durante dez meses, o grupo concentrou-se em realizar auto-exames em conjunto e experimentar ervas e outros remédios alternativos. Na segunda reunião, todas já tinham comprado espéculos e começaram a explorar o território de seus próprios corpos. Esse novo conhecimento representou uma “grande descoberta” para as participantes do SOS, segundo uma delas,

¹⁷ ALVAREZ, S. *Engendering Democracy in Brazil...* Op.cit.; LOBO, Elizabeth S. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. *Revista de Ciências Sociais* 1(2), 1987.

¹⁸ MOLYNEUX, Maxine. Mobilization without Emancipation? Women's Interests, State and Revolution in Nicaragua. In: FAGEN, Richard; DEERE, Carmem Diana e CORAGGIO, José Luis. (eds.) *Transition and Development: Problems of Third World Socialism*. New York, Monthly Review Press, 1986.

¹⁹ Ação Mulher/Brasil Mulher. Recife, dezembro de 1980, p.4.

Feminismos viajantes

descoberta que ficaram ansiosas para compartilhar, em particular com mulheres dos bairros pobres que tinham pouco acesso a esse tipo de informação e viviam em condições deterioradas de saúde.

Com isso em mente, produziram um folheto, *Corpo de Mulher* – uma versão brasileira de *Our Bodies, Ourselves*, escrita em forma popular – e começaram a fazer incursões em zonas de baixa renda onde algumas participantes tinham contatos, usando uma peça de teatro escrita para estimular as discussões sobre a vida da mulher e as questões reprodutivas, oferecendo oficinas sobre sexualidade, anatomia feminina e o uso de ervas medicinais e participando de programa semanal de rádio que atendia a telefonemas de ouvintes.

A resposta entusiástica dos bairros pobres confirmou a sensação de que quem dizia que “esse negócio do corpo é coisa das mulheres de classe média” estava inteiramente errada. Porém, o plano de encorajar as mulheres de baixa renda a realizar auto-exames ginecológicos fracassou, segundo uma das participantes do SOS, por causa do “abismo cultural” entre as militantes de classe média e seu público.

Como meio de fazer mais contatos com as mulheres dos bairros e para melhor compreender suas experiências, algumas participantes do SOS obtiveram fundos para realizar pesquisas, baseadas em entrevistas com mulheres, sobre esterilização, causas e conseqüências do aborto e a qualidade da atenção médica que recebiam. O plano era utilizar os dados para aperfeiçoar as estratégias de organização e divulgar os resultados em forma popularizada para as pesquisadas. As fundadoras do SOS chegaram a pensar em estabelecer uma clínica feminina numa comunidade marginalizada, mas a idéia foi abandonada por ser muito restritiva em termos do público que elas teriam recursos para atender.

Nesses primeiros anos, estava no centro do trabalho do SOS um discurso do corpo, expresso também no conteúdo de suas práticas. Como disse uma das fundadoras,

...a questão do “Nosso corpo nos pertence!” e do corpo como realidade física, como metáfora, do corpo como símbolo, ...como existência pessoal, era uma coisa muito forte que emergia no debate.

O poder das mulheres, acreditavam as participantes do SOS, viria por meio do conhecimento de seus próprios corpos. Sua primeira publicação exortava as mulheres a “conhecer melhor esse corpo e amá-lo” e tanto suas práticas internas como o trabalho educacional nas comunidades pobres da periferia da cidade refletiam essa exortação.²⁰

Essa atenção às questões do corpo refletia, em larga medida, a influência do feminismo do Norte industrializado. Como disse uma das primeiras feministas do Recife, referindo-se à essa influência, “a gente bebeu dessa fonte (...) e criou um movimento nosso”.²¹ As experiências e conexões transnacionais de muitas fundadoras do SOS tinham-nas posto em contato com feminismos radicais europeus e norte-americanos que se centravam no corpo e na saúde reprodutiva, discursos aos quais eram especialmente receptivas porque essas concepções as alcançaram num momento de suas vidas em que a sexualidade e a experiência corporal da reprodução eram questões pessoais importantes, assim como o eram para muitas outras mulheres.²² Mas o feminismo global era

²⁰ SOS CORPO. SOS... Op.cit., p.7.

²¹ Embora o feminismo das cidades do sul do Brasil também tivesse influência em Recife, esta mulher afirmou que, até certo ponto, as feministas do nordeste buscaram inspiração no exterior como meio de afirmar a independência e a capacidade inovadora de uma região freqüentemente depreciada pelas intelectuais do sul mais desenvolvido.

²² Talvez devido a suas raízes na esquerda, as participantes do SOS eram menos sensíveis ao feminismo liberal que predominava nos Estados Unidos e que era influente entre as profissionais do desenvolvimento na década de 1970 que se tornaram defensoras do “Women in Development” (WID). Essa abordagem, que se concentrava nas mulheres na produção, em vez de em questões de reprodução ou de bem estar social, refletiu-se nos programas da USAID, bem como nas conferências e projetos da ONU durante a Década da Mulher;

apenas uma das instituições com as quais as feministas de Recife estavam enredadas: suas relações com o Estado, com outros movimentos sociais e agências financiadoras internacionais também desempenhavam um papel no curso do desenvolvimento discursivo da organização.

O voltar-se literalmente para dentro de seus corpos das participantes do SOS aconteceu num momento em que o Estado estava começando a se abrir e algum tipo de democratização parecia inevitável, senão uma realidade. A oposição unificada ao regime e o foco na questão do Estado não pareciam mais imperativos e as mulheres, tal como outros atores sociais brasileiros, começaram a afirmar suas próprias identidades. A auto-ajuda corporal era um discurso e uma tática apropriados para esse momento de transição, quando o regime militar ainda se sustentava no poder, novas possibilidades de intervenção no Estado ainda não tinham se solidificado e os movimentos com base na classe que tinham dominado a oposição lutavam para se adequar à nova conjuntura política. Com a ditadura nos estertores, o enfoque no corpo por uma geração que vira muitos de seus membros “desaparecer” fisicamente talvez tenha servido também de meio para reafirmar a posse sobre seus eus corporais e seu direito a existência.

As feministas do SOS defendiam o direito das mulheres de tomar decisões bem informadas sobre sua própria fertilidade e criticavam abertamente a posição oficial do governo em favor da natalidade, no começo dos anos 80, e a política neo-malthusiana de controle da população fomentada por certos setores da elite brasileira, em aliança com a USAID e outros interesses internacionais.²³ Na época em que as fundadoras do SOS

RATHGEBER, Eva M. WID, WAD GAD: Trends in Research and Practice. *The Journal of Developing Areas* 24, July 1990; RAZAVI, Shahrashoub e MILLER, Carol. From WID to GAD: Conceptual Shifts in the Women and Development Discourse. Occasional paper, Geneva, UNRISD, 1995.

²³ CORRÊA, Sônia. Uma recusa da maternidade? Causas e Condições da Esterilização Feminina Voluntária na Rede Metropolitana do Recife. In: Portella,

iniciaram seu projeto e escolheram estruturar suas práticas em torno de um discurso do corpo, havia poucos indícios de que esse enfoque pudesse obter o apoio de agências financiadoras internacionais. Porém, não demorou para que instituições como a Fundação Ford, que financiou o primeiro projeto de pesquisa do SOS em 1982, oferecessem apoio a essa orientação.²⁴ Posteriormente, a decisão de se concentrar nas questões da saúde da mulher foi consistentemente recompensada com fundos, tornando possível a consolidação institucional e a expansão, bem como a crescente hegemonia do SOS dentro do movimento das mulheres local e nacional.²⁵

Fatores semelhantes influenciaram a apropriação do discurso da “mulher” pelo SOS, bem como por outras feministas brasileiras da época. A carta de 1980 descreve assim o objetivo da pesquisa proposta pelo grupo: “A pesquisa tem por objetivo conhecer a voz das mulheres (...) compreender como descrever sua experiência vivida (...) divulgar seus testemunhos (...) tentar deixar que as mulheres falem (...)”.²⁶ No discurso do SOS, as

Ana Paula. (ed.) *Direitos Reprodutivos e a Condição Feminina*. Recife, SOS Corpo/Liber Gráfica e Editora Ltda, 1989; e *Direitos reprodutivos como direitos humanos*. Id. ib.; HARTMANN, Betsy. *Reproductive Rights and Wrongs: The Global Politics of Population Control*. Boston, South End Press, 1995.

²⁴ A Ford financiava pesquisas e atividades internacionais de controle populacional desde o começo dos anos 50 e fez uma transição para apoiar programas de “saúde reprodutiva” na metade dos anos 80; COLEMAN, Elizabeth. *From Population Control to Reproductive Health*. Relatório da Fundação Ford, verão de 1994; HARTMANN, B. *Reproductive Rights and Wrongs...* Op.cit.

²⁵ O sucesso do SOS contrastava com a experiência de projetos feministas em torno de outras questões, tais como violência e geração de renda, que registraram dificuldade maior de obter fundos. Sobre esse tema, ver também SANTOS, Maria Cecilia MacDowell dos. *The Battle for a Feminist State within a Context of Globalization: The Case of Women’s Police Stations in São Paulo, Brazil*. Trabalho apresentado no XXI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latinoamericanos (Latin American Studies Association), Chicago, 24-26 de setembro, 1998, p.12.

²⁶ AÇÃO MULHER/BRASIL MULHER. Op.cit., p.5.

Feminismos viajantes

mulheres eram ao mesmo tempo vítimas do patriarcalismo e portadoras potenciais de sua própria liberação por meio do conhecimento e da auto-conscientização.

Esse discurso refletia o de *Our Bodies Ourselves* e de outros feminismos euro-norte-americanos com os quais as fundadoras do SOS tiveram contato, mas tendo em vista o contexto social e político brasileiro, “mulher” veio a ter um significado particular. Para as ativistas de Recife, o termo não se referia às mulheres em geral, mas às mulheres pobres da periferia urbana e suas aliadas de classe média. Rejeitando a “militância ‘pra mim’”, as participantes do SOS se viam compartilhando o conhecimento com que tinham sido privilegiadas.²⁷ Como explicou uma delas, ao contrário do que vira nos Estados Unidos, formaram-se laços de imediato entre mulheres de classe média e de baixa renda no Brasil

porque como eram mulheres [no grupo] que vinham de participar do movimento pelas diretas e pela anistia. Então, tinha já uma preocupação com a democratização do país e da informação e uma clareza de que a maioria das mulheres vivia em condições de pobreza e não tinha acesso àquilo que a gente experimentava.

O discurso do SOS refletia a influência da visão de mundo marxista dominante na oposição em geral. “Mulher” era uma categoria paralela à da “classe operária” para a esquerda; ambas representavam grupos cuja opressão era considerada fundamental para a estrutura social e que eram portadoras em potencial da transformação. Mas diferente da “classe”, o discurso da “mulher” (e do “corpo”) oferecia uma ponte para atravessar o “abismo cultural”, bem como as imensas diferenças econômicas que separavam as fundadoras do SOS das mulheres que buscavam atingir. Ambos os grupos compartilhavam, ao menos

²⁷ ÁVILA, Betânia. In: AQUINO e COSTA. Entrevista realizada com Betânia... Op.cit., p.16.

aparentemente, de preocupações fundamentais sobre sexualidade e saúde reprodutiva.

O Estado também participou, embora indiretamente, da construção do discurso da “mulher”. Alvarez sustenta que o próprio machismo fez com que o regime ditatorial concebesse a organização das mulheres como não-política e, portanto, não ameaçadora. Ao tolerar o ativismo das mulheres em torno de custo de vida, presos políticos, exilados e outras questões, o Estado permitiu que “mulher” enquanto categoria se consolidasse no discurso público. Poucos anos depois da fundação do SOS, as agências internacionais começaram a oferecer apoio a projetos enquadrados dentro dessa categoria.

Nesse primeiro momento, o incipiente movimento da saúde da mulher de Recife buscou no exterior modelos discursivos, adotando um conjunto de discursos e, com eles, certas práticas dos movimentos europeus e norte-americanos cujo desenvolvimento anterior e cuja localização nos centros de poder do Norte davam a seus marcos conceituais um alcance global. Mas esses laços entre os discursos importados e as práticas que os acompanhavam logo começaram a se desfazer.

1983-1989: práticas localizantes

Entre 1983 e o fim da década, embora o discurso do SOS continuasse centrado principalmente na mulher e no corpo, as práticas da organização começaram a mudar, ao mesmo tempo em que se engajava numa rede de instituições locais e globais e expandia seu âmbito de atuação. As mudanças ocorreram em quatro áreas: temas de organização, táticas e estratégia, público e estrutura institucional. Em cada uma delas, as novas formas de prática acabaram superando os discursos em que se fundava a organização e colocaram novos tipos de riscos e desafios.

Em termos de temas amplos, o SOS passou, ao longo da década, de uma ênfase inicial na sexualidade para questões de

Feminismos viajantes

saúde reprodutiva, do prazer à sobrevivência. Uma participante atual da equipe explicou:

...[a] porta de entrada era sexualidade, e de sexualidade você passava imediatamente pras questões de saúde ou pra a questão de violência. E em se tratando de uma ONG [organização não-governamental] que atua no Brasil, se você bota um pé no campo da saúde, você não tem mais como sair, porque realmente as condições de saúde são muito dramáticas (...) Então, a gente praticamente desistiu de sexualidade (...) mas a saúde ocupou um lugar cada vez maior (...)

O trabalho nos bairros de periferia pôs as participantes do SOS em contato com as necessidades urgentes de saúde das mulheres e a incapacidade ou falta de disposição do Estado de resolvê-las. Em particular, as condições da saúde reprodutiva eram alarmantes. À medida que o desenvolvimento econômico e a urbanização reestruturavam o mercado de trabalho e mudavam os valores, muitas mulheres entraram na força de trabalho e as famílias grandes se tornaram economicamente desvantajosas. Enquanto isso, o Estado mantinha uma política oficial pró-natalidade até o começo dos anos 80, ao mesmo tempo em que permitia que programas privados de planejamento familiar atuassem sem fiscalização e promovia a venda de pílulas anticoncepcionais em sua política farmacêutica.²⁸

Essa atitude de omissão planejada significava que os contraceptivos eram distribuídos indiscriminadamente, sem pouca ou nenhuma instrução ou supervisão médica. A pesquisa do SOS

²⁸ Os programas “privados” eram com frequência amplamente financiados por agências de governos estrangeiros, tais como a USAID, que assim evitavam acusações de interferência imperialista. Na década de 1970, metade do orçamento da International Planned Parenthood Federation (IPPF) vinha da USAID; HARTMANN, B. *Reproductive Rights and Wrongs...* Op.cit. A Bemfam, afiliada brasileira da IPPF, era uma das maiores agências em atividade no Nordeste.

descobriu que as mulheres, desencorajadas pelos efeitos colaterais e a ineficácia dos métodos disponíveis, recorriam cada vez mais ao aborto clandestino e à esterilização promovida por médicos “filantrópicos”. O resultado foi uma queda de 50% nas taxas de fertilidade do Brasil entre 1970 e 1990²⁹; na metade dos anos 80, 18-20% das mulheres com menos de 25 anos de idade do estado de Pernambuco tinham sido esterilizadas, segundo uma estimativa do SOS.³⁰ Condições como essa levaram o SOS a se preocupar cada vez mais com a saúde reprodutiva básica, um campo que estava se tornando ao mesmo tempo objeto de interesse das agências financiadoras internacionais, mais preocupadas em diminuir as taxas de natalidade do que com os direitos das mulheres do Terceiro Mundo ao prazer sexual.

Ao mesmo tempo, a organização fez outra transição, de uma ênfase em práticas de auto-ajuda e no desenvolvimento autônomo de conhecimento em comunidades locais para um engajamento crescente com o Estado em nível nacional, tanto de fora como de dentro. Um dos primeiros contatos ocorreu em 1984, no final do regime militar, quando um alto funcionário do Ministério da Saúde foi ao Recife. Uma fundadora do SOS descreveu a interação:

Ele era coordenador geral do Ministério e ele pediu para visitar o SOS. Recebemos sua visita... meio temerosas daquela invasão, todas meio desconfiadas. Receb[emos], mas não receb[emos] muito bem (...) À tarde, tinha um grande debate aqui, num órgão do governo, o Conselho de Desenvolvimento de

²⁹ MARTINE, George. citado em PORTELLA, Ana Paula; SOUZA, Cecília de Mello e DINIZ, Simone. “Not Like Our Mothers”: Reproductive Choice and the Emergence of Citizenship amongst Brazilian Rural Workers, Domestic Workers, and Housewives. Recife/Rio de Janeiro/São Paulo, International Reproductive Rights Research Action Group: Brazilian Team, Pamphlet, 1996, p.13. (Translated by Jones de Freitas and Cecília de Mello e Souza.)

³⁰ CORRÊA, S. Direitos reprodutivos como direitos humanos. Op.cit., p.6.

Feminismos viajantes

Pernambuco, (...) e nos fomos convidadas. Tava o SOS, mas tavam outras pessoas, gente de sindicato – já era um momento onde esses momentos de diálogo começavam (...) e a representação da sociedade civil já acontecia – mas mais como observadoras. [O coordenador geral] falou da importância do diálogo e aí ele disse que ele tinha enorme prazer (...) de ver sentadas ali “as minhas parceiras do SOS Corpo”. Ele disse isso e foi um pânico (...) Saímos correndo para o SOS e tivemos uma reunião de urgência e aí a gente disse que ele disse publicamente que o SOS é parceiro (...) Menina, foi uma coisa, foi um caos (...) [e as pessoas disseram] que a gente tem que desmanchar. Na hora, [no próprio debate], na hora da intervenção, me empurr[aram], as outras duas. Disseram “você tem de pedir a palavra”. E eu fui já muito delicada (...) Falei de uma maneira simpática, mas esclareci que a parceria não existia, e corri para me amparar no meio das minhas companheiras autônomas.

Apesar dos receios iniciais, o SOS se envolveu na criação de um novo e abrangente programa de saúde da mulher, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), iniciado por feministas de dentro do Ministério da Saúde, e no treinamento de grupos de profissionais da saúde do estado para aumentar sua sensibilidade às necessidades das mulheres. Ao contrário dos modelos anteriores de cuidado materno-infantil, em que as mulheres eram vistas apenas como “aparelho reprodutor”, o novo programa, segundo uma análise publicada pelo SOS, tratava as mulheres como “cidadãs dotadas de direitos e como um ser integral, onde a história do corpo está ligada à história da vida(...)”.³¹ Aprovando esse enfoque e vendo uma oportunidade para influenciar o atendimento médico oferecido à maioria pobre pelo sistema de saúde público, as participantes do SOS e outras

³¹ ÁVILA, Maria Betânia. PAISM: Um Programa de Saúde para o Bem Estar de Gênero. Recife, SOS-Corpo, 1995, p.7.

feministas autônomas deixaram de lado suas dúvidas e entraram numa relação de colaboração com o Estado.

Em 1985, uma ativista da organização foi convidada a participar, como representante do movimento feminista mais amplo, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado pelo governo recém eleito para canalizar as demandas da sociedade civil. O SOS debateu novamente a questão e novamente aceitou o convite, impelido pelas exortações de outras organizações de mulheres que viam no Conselho uma arma importante para contrabalançar a influência da Igreja nas políticas governamentais. Três anos depois, a organização da saúde da mulher de Recife, junto com a maior parte do movimento feminista brasileiro, participou de um esforço nacional de *lobby* para incluir os interesses feministas na nova Constituição. No processo, tal como no envolvimento com o Conselho, foi levado a debater questões fora da esfera da saúde, como os direitos das empregadas domésticas e das trabalhadoras rurais. A entrada na arena política, no contexto da democratização, exigia desenvolver propostas de mudança que iam além do conhecimento do corpo e abrangiam reivindicações de direitos à cidadania.

O terceiro processo de realinhamento se deu em torno da natureza do público do grupo. O SOS, dentro da tradição do feminismo radical, era uma organização explicitamente devotada a trabalhar com mulheres e promover sua identidade e senso de poder enquanto mulheres, distintas dos homens.³² Mas ao longo dos anos, elas se viram cada vez mais trabalhando com grupos mistos de homens e mulheres, à medida que treinavam profissionais da saúde, realizavam oficinas para outras ONGs, trabalhavam com organizações femininas filiadas a sindicatos mistos e associações de bairro e encontravam as redes pessoais e familiares de que fazia parte seu público feminino. Tudo isso

³² O valor atribuído a ser uma instituição exclusivamente feminina era tal que houve controvérsias quando foi feita uma proposta para contratar um homem para guarda noturno da sede.

Feminismos viajantes

estava muito distante dos começos do SOS, quando, como disse uma das participantes, “era impensável você ter feministas, tanto no plano governamental, como no não governamental, capacitando homens”.

Numa transição final ocorrida ao longo da década, o que era antes um coletivo de oito voluntárias trabalhando em suas casas transformou-se numa instituição formal, com um escritório respeitável, uma equipe de cerca de 25 membros e um orçamento de várias centenas de milhares de dólares por ano. No início, o grupo estudava teoria feminista e praticava auto-exames junto, todas participavam de todos os projetos e todas as tarefas administrativas eram realizadas de forma rotativa. Havia uma filosofia implícita do que uma pessoa chamou de “horizontalidade espontânea”. Mas as demandas crescentes do público e as diferenças pessoais levaram a dolorosas brigas internas:

Você não pode imaginar o nível de conflito interno (...) Porque (...) ele (tinha) se tornado a comunidade fechada de irmãs, com as tensões derivadas de (...) idiosincrasias pessoais, conflitos profundos (...) que você traz de sua vida anterior (...) e o conflito com esse imaginário original de que as mulheres são boas (...) nós somos o *bon sauvage* do século XX, o que não é exatamente o caso. Assim, [tivemos] aquele tipo de ideologia mobilizadora do início e estávamos lutando com o [drama] do conflito interno e sendo desafiadas pelo fato de que já estávamos muito públicas.

Durante algum tempo, as tensões foram tão altas que se instalou a paralisia e o grupo trouxe uma psicanalista para ajudá-las a consertar as relações e ir adiante.

Mas no final dos anos 80, num esforço para responder às demandas crescentes de tempo, o grupo começou um processo de profissionalização e institucionalização. As participantes se especializaram em determinadas tarefas, as práticas de auto-ajuda foram abandonadas e as discussões gerais sobre teoria se

tornaram mais esporádicas. Uma participante explicou sua visão pragmática da tomada de decisão coletiva:

Ela funciona quando você não tem muitas responsabilidades. Mas é preciso definir prioridades (...) as instituições são complexas e têm divisão de trabalho e (...) hierarquia, não porque amam o poder, mas porque é necessário para fazer as coisas funcionarem.

O processo de institucionalização foi não só facilitado como exigido pelas agências de financiamento americanas e européias que sustentavam cada vez mais o trabalho do SOS. O primeiro financiamento significativo veio da Fundação Ford em 1982, na forma de uma bolsa para uma pessoa realizar pesquisa. Na metade dos anos 80, as agências européias, inspiradas pela Conferência das Nações Unidas sobre a Década da Mulher, realizada em Nairóbi, em 1985, começaram a financiar organizações de mulheres do Brasil, inclusive o SOS. Foi uma instituição alemã que insistiu, em 1989, que o SOS acabasse com o caos administrativo a fim de apresentar uma responsabilidade financeira melhor:

Estava muito claro. Fui à Alemanha em 1989 e eles me disseram. Fizeram uma enorme exigência sobre contabilidade (...) pediram (...) um relatório completo dos três anos do projeto e isso era realmente uma condição. Era ou vocês fazem isso, [ou] não terão o dinheiro. Quando voltei, cheguei no Rio e telefonei [para o SOS ...] e durante três dias fiquei ouvindo gritos no telefone de que eu me submetera aos alemães, aos homens, fosse quem fosse (...) e eu disse, certo, vocês que decidam. Se querem dizer não, tudo bem comigo. Mas lembrem que sete pessoas desta organização estão recebendo seus salários desse [financiamento].

Feminismos viajantes

Esse incidente levou à criação de uma nova estrutura, mais profissionalizada, com um departamento administrativo especializado; o que era antes um coletivo de voluntárias se tornava uma instituição. A medida ratificou e facilitou o envolvimento crescente do SOS com órgãos do governo, agências internacionais e a rede transnacional mais ampla de organizações feministas aliadas.

Essas mudanças na prática do SOS permitiram que a organização ampliasse seu campo de influência, ao mesmo tempo que punham novos perigos no caminho de um grupo de feministas que tinha em sua visada mudanças sociais profundas – os perigos da cooptação, burocratização e perda da concepção radical. Ao mesmo tempo, suas práticas em desenvolvimento começaram a pôr questões na mesa que não podiam ser respondidas somente pelos discursos da mulher e do corpo. Cada vez mais, seu trabalho girava implicitamente em torno de noções de cidadania corporal, em vez de conhecimento do corpo, e em torno da criação e da participação num novo tipo de sociedade enquanto seres genéricos, em vez de mulheres de per si. Novos discursos acabaram tornando explícita essa mudança subterrânea nas concepções e deram ao SOS instrumentos para enfrentar os perigos que as ameaçavam enquanto movimento em expansão.

1990-1997: engendrando o feminismo*

Gênero é um conceito útil para explicar muitos dos comportamentos de mulheres e homens em nossa sociedade, nos ajudando a compreender grande parte dos problemas e dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida política, na sua vida sexual e reprodutiva,

* O trocadilho, direto no latim (*generum/generare/ingenerare*) e no inglês (*gender/engender*), fica menos literal no português (*gênero/gerar/engendrar*). (NT)

na família. É por isso que o movimento das mulheres discute tanto sobre gênero.³³

Em 1990, o SOS Corpo, Grupo de Saúde da Mulher mudou seu nome para SOS Corpo, Gênero e Cidadania, refletindo a incorporação dos novos discursos que se adequavam melhor à mudança das práticas da instituição e à sua visão cada vez mais política. A palavra “gênero” aparecera em documentos do SOS alguns anos antes, logo depois da Conferência da ONU de 1985 em Nairóbi, onde o termo já estava sendo usado. Ele passou a circular mais entre as feministas brasileiras durante a mobilização em torno da Constituição de 1988, quando buscaram, mediante suas propostas, articular os interesses das mulheres com mudanças sociais mais amplas.

Em 1990, embora algumas feministas começassem a incorporar uma análise de gênero, ainda havia pouca ou nenhuma bibliografia sobre gênero, ou discussões sobre o tema nas universidades de Pernambuco³⁴, e o debate sobre o conceito apenas se iniciava dentro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).³⁵ O termo

³³ CAMURÇA, Sílvia e GOUVEIA, Taciana. *O que é gênero? Um novo desafio para a ação das mulheres trabalhadoras rurais*. Recife, MMTR/DED/SOS Corpo - Gênero e Cidadania, 1995, p.5.

³⁴ As universidades da região sofriam de falta de recursos e da “fuga de cérebros” de acadêmicas que tinham oportunidade de estudar fora, em instituições de mais prestígio e recursos do Rio de Janeiro e São Paulo. No Nordeste, as ONGs produzem tanta, senão mais, teoria quanto as universidades, uma vez que freqüentemente têm mais recursos e mais contatos internacionais, e suas participantes são amiúde intelectuais cujos compromissos políticos, desenvolvidos na oposição à ditadura, às conduziram para o trabalho orientado para a comunidade.

³⁵ CASTRO, Mary Garcia e LAVINAS, Lena. Do feminismo ao gênero: A construção de um Objeto. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. (eds.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. O primeiro programa de estudos da mulher foi criado no Rio de Janeiro em 1980. Depois de 1990, quando o gênero “chegou” à teoria local, houve um crescimento enorme no número de programas criados, principalmente no sudeste e sul do país. Em um ano, foram criados seis, todos com “gênero”, em vez de

Feminismos viajantes

“gênero” estava começando a entrar na linguagem das agências de financiamento e desenvolvimento, mas com poucas exceções, ainda não tinha sido amplamente institucionalizado ou claramente teorizado.

Uma das fundadoras do SOS leu o artigo de Gayle Rubin “The traffic in women” em 1980, mas o conceito de gênero não foi integrado ao discurso institucionalizado até 1990, quando ela leu e traduziu para o português o artigo de Joan Scott “Gender: a useful category for historical analysis”. O SOS organizou depois discussões internas e debates públicos da teoria de Scott para a comunidade feminista do Recife.

A reação inicial ao gênero como categoria analítica entre as participantes dessas discussões foi mista. Uma das mulheres expressou a causa de sua frustração na época:

Pra mim, [gênero] era uma coisa muito esquisita [... e] demorou para incorporar esse conceito. E como ele já vinha muito complexo, com diferentes interpretações de um autor ou de outra autora, (...) para mim, que não sou uma teórica, era muito complicada aquela discussão e eu não me identificava muito com ela. (...) E ficava um pouco exasperada porque, na verdade, as pessoas começavam a usar o termo sem saber do que estavam falando (...)

De acordo com outra participante do SOS, havia também objeções políticas:

As pessoas não queriam abandonar as velhas categorias – subordinação e patriarcado – e (...) não estavam convencidas. A reação foi de que era abstrato demais. Não

“mulher” no título. Grupos de trabalho sobre gênero foram criados em oito diferentes organizações profissionais e a Fundação Ford começou a dar bolsas para “estudos de gênero”; COSTA, Ana Alice A. e SARDENBERG, Cecília M. B. Teoria e praxis feministas na academia: Os Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, número especial, 1994, p.6.

fala do sofrimento das mulheres (...) Acho que as feministas [estavam] mais nervosas em relação ao gênero (...) [porque] tinham de começar a pensar sobre o homem de novo (...) Você não pode pensar sobre gênero sem dar atenção ao homem. E as feministas reagiram imediatamente.

Mas por motivos discutidos adiante, o conceito era irresistível e a teoria, reconstituída como discurso e ligada a outros discursos sobre gênero, foi paulatinamente integrada ao trabalho do SOS, bem como a muitas outras organizações feministas do Brasil, de um modo e um grau sem precedentes nos movimentos feministas do país de origem do discurso, onde “mulher” continuou a dominar o campo.

As participantes da equipe do SOS levaram “gênero” a públicos tão distantes um do outro quanto camponesas e agências internacionais. Em 1995, escreveram um panfleto com e para o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) intitulado *O que é gênero?*³⁶, que exigiu o que classificaram de processo muito difícil de traduzir Joan Scott para a realidade do campo brasileiro. O MMTR suplementou o material com oficinas nas quais trabalhadores rurais de ambos os sexos analisaram o modo como as relações de gênero se davam em instituições tais como o sindicato, a família, a agricultura e a Igreja católica.

No mesmo ano, o SOS organizou um seminário que reuniu feministas brasileiras e representantes de agências financiadoras da Europa, dos EUA e da ONU para discutir a relação entre a cooperação internacional e a política de gênero. A organização iniciou também um “Projeto de Gênero e Desenvolvimento” destinado a trabalhar com mulheres envolvidas em movimentos urbanos mistos e, em 1997, planejou um projeto para analisar o conteúdo de gênero das comunicações do governo sobre questões de saúde. Ao longo dos anos 90, a organização de saúde da mulher do Recife realizou oficinas e seminários de “treinamento

³⁶ CAMURÇA, Sílvia e GOUVEIA, Taciana. *O que é gênero?* Op.cit.

Feminismos viajantes

de gênero” para uma ampla variedade de grupos em Pernambuco e no resto do país, entre eles, ONGs mistas (de ambos os sexos) orientadas para a mudança social, instituições feministas e organizações de mulheres de base.

Em geral, a mudança para o “gênero”, além dos programas que tratavam explicitamente da nova concepção, em vez de assinalar mudanças dramáticas na prática, facilitou aquelas que já estavam ocorrendo. Em 1990, o SOS já estava trabalhando com grupos de ambos os sexos em oficinas e outras atividades, embora esse trabalho estivesse voltado para beneficiar as mulheres, e a maioria dos projetos continuaram direcionados para elas. Mas o gênero oferecia uma nova ferramenta para abordar esses grupos. Enquanto que na década de 1980, os trabalhadores da saúde eram treinados para serem mais sensíveis às mulheres, nos anos 90, eles passaram a ser instruídos sobre a natureza das relações de gênero e as formas como elas estruturam todos os aspectos da vida, inclusive a atenção à saúde.

O SOS já começara a trabalhar dentro do Estado antes da mudança de discurso, mas a linguagem e os significados do gênero deram à organização mais legitimidade vis-à-vis as instituições governamentais, como explicou uma participante da equipe:

Você chegando por exemplo pro governo no serviço de saúde ou em qualquer outra área em políticas sociais e dizendo, “olha, se vocês não tratarem dessa questão, vocês não vão estar fazendo nada (...) Se você não levar em conta que os impactos das suas políticas são diferenciados para homens e mulheres, esta política não vai funcionar”. E você falar isso e ser ouvida (...) eu acho que isso se deve tanto à introdução do conceito quanto à adoção desta perspectiva dentro do Brasil, da maneira com que ela foi adotada (...) [A]qui no Brasil, a impressão que eu tenho é que a gente pegou (...) a perspectiva de gênero e a usou para ampliar a ação política (...)

Nos anos 80, o SOS já se expandira de seu foco inicial sobre sexualidade para o campo mais amplo da saúde e dos direitos reprodutivos. Com a introdução do discurso do gênero, a instituição entrou no campo do gênero e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que mantinha sua preocupação central com a saúde. Essa abordagem mais abrangente deu legitimidade e capacidade maior de negociação com uma ampla variedade de contrapartes institucionais – entre elas, agências de financiamento e outras ONGs, além do Estado. Tendo em vista os preconceitos difundidos contra o feminismo, a adoção da nova linguagem criou também o potencial para o aprofundamento de alianças com outros movimentos sociais, tais como sindicatos e organizações comunitárias, que consideravam a defesa dos interesses “da mulher” paroquial e causadora de divisões.

Algumas ativistas feministas criticaram o “gênero” como um discurso tecnocrático ligado à profissionalização do feminismo, bem como à indústria do desenvolvimento.³⁷ No caso do SOS, em 1990, quando a nova concepção foi adotada, a organização já começara a se afastar da “horizontalidade espontânea” e avançar para a institucionalização e a ampliação de sua esfera de influência. Porém, a chegada do “gênero” ajudou a consolidar mais esse processo, ao dar à organização maior acesso ao *establishment* das agências de desenvolvimento, alerta às últimas tendências do discurso.

O gênero é um conceito contestado e os significados associados a ele na literatura acadêmica, bem como na prática militante, são diversos. Joan Scott foi citada várias vezes pela equipe do SOS como a inspiração de sua interpretação de “gênero”:

³⁷ Ver BADEN, Sally e GOETZ, Anne Marie. Who Needs [Sex] When You Can Have [Gender]? Conflicting Discourses on Gender at Beijing. In: STAUDT, Kathleen. (ed.) *Women, International Development and Politics: The Bureaucratic Mire*. Philadelphia, Temple University Press, 1997.

Feminismos viajantes

O SOS compreende gênero como uma relação social de poder, elaborada no nível das representações e que produz e se reproduz essa relação de poder, através das normas, das leis, dos costumes, das instituições, das formas como estão estruturadas e da ação dos indivíduos. Adota, portanto, a proposição de Joan Scott.³⁸

A mudança do discurso de “mulher” para esse enfoque particular do “gênero” teve várias implicações teóricas importantes para o SOS. Enquanto o discurso anterior, e as práticas

³⁸ FERNANDES Cida e CAMURÇA, Sílvia. Relações de cooperação ao desenvolvimento e a política de gênero: Experiências e Perspectivas no Brasil. *Anais do Seminário sobre Saúde*, Recife, SOS-Corpo: Gênero e Cidadania, outubro de 1995, p.41. Essa interpretação de gênero oferecia muito mais possibilidades de uma perspectiva feminista do que aquela que estava sendo implementada no mundo das agências de desenvolvimento, onde o gênero veio a representar uma categoria inerte, despolitizada, em vez de uma relação de poder reproduzida por meio de uma ampla variedade de instituições. No contexto da atividade de desenvolvimento, o “gênero” estava amiúde desconectado do projeto de transformação feminista e se tornou uma variável estática usada para medir o impacto de políticas; BADEN e GOETZ. Who Needs [Sex] When You Can Have [Gender]?... op.cit.; MOSER, Caroline O. *Gender in Planning and Development. Theory, Practice and Training*. New York, Routledge, 1993. Moser relatou em 1993 que onde tinham-se estabelecido unidades de Gênero e Desenvolvimento (GAD), “gênero” freqüentemente substituíu “mulher”, sem qualquer mudança em substância da abordagem com base na eficiência dos programas anteriores de Mulher em Desenvolvimento (WID).

Um processo semelhante ocorreu na universidade brasileira, onde, segundo Costa e Sardenberg, o gênero perdeu seu significado inicial, tornando-se, com freqüência, um sinônimo de “mulher” que funcionava para tornar o trabalho feminista mais respeitável e científico. O resultado foi um distanciamento crescente entre a academia e os movimentos de mulheres, com algumas militantes rotulando pejorativamente de “genéricas” aquelas acadêmicas que tentavam esconder suas posturas políticas atrás de um escudo de “gênero” e algumas genéricas criticando as acadêmicas feministas que buscavam manter seus compromissos de militância; COSTA e SARDENBERG. Teoria e praxis feministas na academia... op.cit. Para uma discussão dos fatores que tornaram difícil para as acadêmicas feministas brasileiras desenvolver um análise de gênero com implicações mais radicais, bem como para referências àquelas que o fizeram, ver COSTA. Being There and Writing Here... Op.cit.

inicialmente associadas a ele, punham tanto o problema (patriarcado/opressão das mulheres) como a solução (conhecimento e controle das mulheres sobre seu corpo) nas mãos de um único sexo, o “gênero”, tal como a instituição o interpretava em boa parte de seu trabalho, via as relações sociais como o problema e sua transformação como a solução. A sociedade como um todo, em vez das mulheres sozinhas, era representada ao mesmo tempo como objeto e agente de mudança. A saúde da mulher e o conhecimento do corpo se tornaram veículos para promover mudanças mais amplas, além de fins em si mesmos.

Assim como a categoria “mulher” era anteriormente para o feminismo o que a “classe operária” era para a análise marxista, nos anos 90, “gênero” correspondeu à “classe” em seu poder teórico e capacidade de abranger toda a sociedade. Do novo discurso, grupos como o SOS tiraram a justificativa teórica para um projeto político muito mais ambicioso do que aquele originalmente construído em torno de “mulher”. A diretora executiva Sílvia Camurça descreveu o universo que viram se abrir com a nova concepção: “Trabalhar com gênero obriga-nos a atuar ao nível das contradições sociais, no campo subjetivo, no campo das políticas, no campo das relações, no campo das instituições, no campo das normas, das leis”.³⁹

Ao sublinhar que as relações de gênero eram socialmente construídas, o SOS afastou-se de uma concepção ahistórica do patriarcado como um sistema arraigado para uma compreensão do gênero como potencialmente e infinitamente maleável. Isso permitiu uma mudança no modo como eram concebidos os homens: de vilões, passaram a vítimas e aliados em potencial, ainda que com poder sobre as mulheres sob as atuais condições de gênero:

³⁹ Citado em FERNANDEZ e CAMURÇA. Relações de cooperação ao desenvolvimento e a política de gênero... Op.cit, p.41.

Feminismos viajantes

[N]os trabalhos com as ONGs mistas, acho que dá uma certa tranquilidade da gente (...) mostrar uma certa possibilidade de que os homens não são os vilões – os homens concretos – e que as relações de gênero também criaram algumas dificuldades para eles. É muito interessante quando a gente começa falar das normas: que homem não chora, que homem não pode apanhar, que homem é violento, que homem sempre têm que estar pronto pra sexualidade (...) O pessoal se sente mais aliviado, porque parece que a gente vai acusar e, de repente, a gente demonstra que tudo é criação cultural.

Por fim, em contraste com a qualidade universal que fora atribuída à “mulher”, a concepção de relações de gênero de Scott criou a possibilidade de admitir diferenças entre mulheres mediante o reconhecimento de como o gênero era modulado por outras experiências, tais como classe, raça e sexualidade. Com efeito, os panfletos e oficinas do SOS faziam referência à “grande teia” de diferenças entre as mulheres, bem como entre mulheres e homens. Mas na prática, o SOS tratava principalmente das diferenças de classe e gênero, deixando as outras inexploradas. Nenhum de seus projetos tratava explicitamente de raça ou preferência sexual, por exemplo. Uma participante de longa data do SOS comentou:

(...) o SOS Corpo nunca discutiu o lesbianismo adequadamente, pelo menos com a profundidade que discutiu outros temas, nunca. (...) Eu acho que é uma resistência mesma, (...) um preconceito (...) Eu acho que raça também nunca foi discutida, embora em certos momentos houve assim certas escolhas de técnicas que vai contratar, de escolher a mulher negra porque era preciso; enfim era bom ter no quadro pessoas negras, mas a questão de raça (...) nunca foi debatida.

Nos anos 90, essas omissões foram cada vez mais criticadas por mulheres negras e lésbicas, à medida que elas começaram o processo de construção de seus próprios movimentos.

Embora sua interpretação dominante de “gênero” fosse a de Scott, de vez em quando as participantes do SOS utilizavam estrategicamente outras fontes de significado do termo, baseando-se na obra de feministas latino-americanas, além de européias e norte-americanas. A abordagem operacional do “planejamento de gênero” de Moser⁴⁰ foi usada em suas oficinas com profissionais de desenvolvimento ávidas por formas de implementar sua nova compreensão. A concepção de gênero como uma variável pela qual se podia mediar o impacto das políticas governamentais emergiu de seu trabalho direcionado para o Estado. No contexto do trabalho do SOS com públicos de base, a obra de Castro e Saffioti, junto com a de outras feministas brasileiras, sobre a interseção de classe e gênero, foi uma influência importante.⁴¹

O processo de apropriação teórica e conversão ao discurso ocorreu no contexto das relações do SOS com outras três forças dominantes em seu campo de ação naquele momento histórico particular, duas delas “locais” e uma “global”. As características do campo dos movimentos sociais existente em Pernambuco desempenhou um papel importante na conformação dos discursos feministas. Em particular, o antigo domínio dos movimentos de classe na luta contra a ditadura significava que as feministas do SOS que amadureceram naquele período tinham absorvido as inclinações radicais no sentido da transformação social e, quando

⁴⁰ MOSER, C.O. *Gender in Planning and Development...* Op.cit.

⁴¹ Ver, por exemplo, CASTRO, Mary Garcia. A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: Apontamentos para uma Teoria Regional sobre gênero. In: *Mulher e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991; e SAFFIOTI, Heleith. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira and BRUSCHINI, Cristina. (eds.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. Outras autoras citadas por participantes do SOS eram Teresa Barbieri (México), Françoise Collin (França), Elizabeth Lobo (Brasil) e Gayle Rubin (Estados Unidos).

Feminismos viajantes

o “gênero” entrou em cena, foram receptivas ao enfoque de Scott. Uma participante do grupo explicou:

Eu acho que as idéias chegam, mas elas encontram uma base política, teórica e cultural aonde elas se instalam ou não (...) [A]cho que a Joan Scott pegou tanto aqui porque as feministas realmente, de maneira geral, elas têm uma linha de herança marxista. Mesmo que essa coisa do feminismo radical foi muito forte no Brasil, mas ele não perdeu o compromisso com a perspectiva histórica de transformação social (...)

Essa perspectiva, junto com as desigualdades sociais do Brasil, levou o SOS a direcionar sua mensagem para a maioria popular desde o início e, mais tarde, a dar um conteúdo de classe ao “gênero”. Ao mesmo tempo, a ausência de movimentos em torno da preferência sexual e a fraqueza da organização de mulheres negras na região no começo dos anos 90 significaram que havia pouca pressão para incorporar de modo mais ativo essas outras diferenças entre as mulheres.

A natureza cambiante do Estado brasileiro também influenciou o discurso do SOS. A falta de recursos para a saúde no contexto da democratização política atraiu a atenção do SOS de volta para o Estado, depois de um breve período de retração para a sociedade civil. Ao mesmo tempo, a infiltração no Ministério da Saúde, nos últimos anos da ditadura, de várias funcionárias feministas ofereceu à organização da saúde da mulher oportunidades de intervenção nas políticas governamentais que não estavam disponíveis para as feministas que trabalhavam com outras questões. Com a pressão feminista externa, criaram-se outros nichos, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a luta para influenciar na nova Constituição, com a participação do SOS em ambas as frentes. Aproveitar essas aberturas significava trabalhar com homens e mulheres, fazendo alianças e desenvolvendo propostas de mudança social mais ampla. A noção

de gênero de Scott oferecia um instrumento teórico que dava sentido a esse novo contexto político.

Por fim, as agências internacionais de financiamento também desempenharam um papel no surgimento de um conjunto determinado de significados em torno de “gênero”. O apoio que deram ao enfoque sobre a saúde da mulher do SOS tornou possível e acelerou a institucionalização e profissionalização. Por sua vez, isso permitiu que o SOS mantivesse e expandisse suas conexões transnacionais por meio da participação em redes globais, comparecimento a conferências internacionais, acesso crescente e uso da Internet e assim por diante, conexões pelas quais as teorias e discursos do gênero eram propagadas e chegaram ao Recife. Posteriormente, as doações internacionais tornaram possível a visibilidade do SOS em torno das questões de gênero e sua capacidade de reagir a nova demanda por treinamento em gênero criada pela pressão das agências de financiamento sobre todos os financiados para que apresentassem propostas com um componente de gênero.

No processo, graças a sua capacidade de usar sua legitimidade com uma instituição para fortalecer sua posição em relação a outras, o SOS se tornou uma força hegemônica no seu próprio âmbito. Começou a desempenhar um papel de liderança nas redes feministas da América Latina e foi muito requisitado para participar de projetos transnacionais em torno de saúde e direitos reprodutivos coordenados no Norte. As agências financiadoras buscavam o SOS para coordenar intercâmbios entre doadores de fora e as organizações que recebiam seus subsídios e as instituições estatais continuavam a convidá-lo para colaborar em vários programas. Essa participação em redes nacionais e globais deu à organização os recursos para se tornar hegemônica entre os movimentos de mulheres locais. O SOS não só atuava como tradutor dos discursos feministas transnacionais e intermediário dos grupos de mulheres de Recife nas negociações com as agências internacionais de financiamento, como desempenhava um papel central no estabelecimento da agenda

Feminismos viajantes

da atividade feminista local, papel nem sempre apreciado por aquelas que, tais como algumas ativistas negras e da classe trabalhadora achavam que sua perspectiva era, às vezes, marginalizada nos esforços de coalizão. Dessa forma, as conexões globais do SOS eram, em termos locais, uma faca de dois gumes, ao mesmo tempo conferindo e desgastando sua legitimidade.

Em 1990, diante da impropriedade do discurso original da organização para articular suas práticas em andamento, o SOS voltou-se novamente para o feminismo do Norte como fonte de inspiração. Mas naquele momento de sua história, sendo uma instituição estabelecida com papel de liderança em níveis nacional e internacional, o SOS negociou com as influências estrangeiras a partir de uma posição de força. Em vez de tomar emprestado discursos e práticas diretamente dos movimentos feministas do Norte, as líderes da organização se apropriaram seletivamente de teorias acadêmicas de gênero, rearticulando-as como um conjunto de discursos militantes e integrando-as às suas próprias práticas preexistentes, bem como a outras construções discursivas de base mais local.

1990-1997: expandindo a cidadania

...[U]m dos elementos fundamentais nas transformações das desigualdades de gênero é exatamente o reconhecimento de que ao lutarem pela melhoria das condições concretas de suas vidas, as mulheres [estão] exercendo cotidianamente sua cidadania, estão atuando na esfera política e mais ainda, construindo através destas ações uma ponte entre o público e o privado...⁴²

O gênero não estava sozinho no discurso do SOS, ligando-se intimamente a um termo muito mais nativo – cidadania. Situar o gênero no contexto desse discurso local teve um efeito politizante

⁴² CAMURÇA e GOUVEIA. *Cidade, cidadania: um olhar a partir das mulheres*. Recife, SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 1995, p.32.

que abriu a possibilidade de navegar pelos recifes traiçoeiros do sucesso e manter os compromissos com a transformação social.

Ao contrário de “gênero”, o termo “cidadania” não apareceu subitamente entre as feministas do SOS Corpo; antes pareceu filtrar-se para dentro do discurso delas como se fizesse parte do ar circundante, sendo sua instalação no nome da organização o primeiro sinal claro de sua chegada. Embora aparecesse com freqüência em textos e slogans políticos, propostas de financiamento e seminários, o conceito não era muitas vezes o foco explícito de esforços voltados para a desmistificação; em vez disso, a “cidadania” foi incorporada como uma moldura ampla, embora associada a certas práticas.

A primeira prática foi a disseminação do conhecimento. Nos anos 90, o SOS reuniu seu centro de documentação, suas conexões com os meios de comunicação e projetos de distribuição de vídeos sob a rubrica “Informação para a Cidadania”. O conhecimento do corpo e das práticas de saúde assumiu um novo significado: não mais somente um veículo para a autonomia e o *empowerment* das mulheres, mas também um meio de participação plena numa ordem social nova.

No final da década de 1980, quando as aberturas políticas se fecharam e o Estado nacional recuou de compromissos anteriores, o SOS, tal como outros grupos feministas brasileiros, também mudou seus esforços da luta pelo reconhecimento formal de direitos sociais para luta pela implementação dos direitos que conquistara. Ao mesmo tempo, seu *locus* de ação política afastou-se do envolvimento direto com o Estado em nível nacional e passou, de um lado, a um engajamento maior com o governo local e, de outro, a esforços combinados para influenciar os governos nacional e locais por meio da organização transnacional.

Graças a mudanças nas leis que lhes deram mais autonomia e recursos, “os municípios se transformaram, assim, no cenário político básico, em que se dá a construção cotidiana da democracia e da cidadania, através da negociação e de acordos locais entre grupos de interesses diversos”, de acordo com uma

Feminismos viajantes

publicação editada pelo SOS em 1997.⁴³ Com essa perspectiva, a instituição mandou uma representante ao Conselho Municipal de Desenvolvimento, começou a trabalhar com mulheres em associações de bairro e lançou um boletim – “De Olho na Cidade”.

Mas foi também nos anos 90 que se acelerou o envolvimento global do SOS. No final da década anterior, elas já faziam parte de inúmeras articulações feministas transnacionais e tinham participado de muitos eventos internacionais. Nos anos 90, assumiram a liderança de várias redes de informação e desempenharam um papel importante nos preparativos locais, nacionais e internacionais da Conferência da ONU de 1995 sobre a mulher, usando a reunião para fortalecer uma aliança local entre organizações de mulheres e articular suas demandas. Após a conferência de Beijing, o SOS trabalhou com o Fórum da Mulher de Pernambuco para divulgar sua Plataforma de Ação e utilizou-o como meio de pressionar por mudanças legislativas e de políticas municipais, bem como participou de esforço semelhante no nível nacional por meio da Articulação de Mulheres Brasileiras. A participação global tornou-se um veículo para expandir a cidadania das mulheres em Recife, bem como no país.

A concepção do SOS de cidadania incluía tanto elementos comuns da análise feminista em geral como contribuições próprias ao contexto brasileiro. A preocupação geral era com ampliar as fronteiras da cidadania para incorporar direitos que permitiriam a igualdade de participação na sociedade e na política. Em particular, a organização de Recife, tal como os movimentos feministas europeus e norte-americanos, buscava a inclusão dos direitos reprodutivos numa definição mais ampla de cidadania, uma medida que faria “da esfera da reprodução um lugar de

⁴³ SOS CORPO. O que as mulheres de Pernambuco querem como políticas públicas municipais de 1997 ao ano 2000.

constituição de sujeitos políticos” e contribuiria para a dissolução das fronteiras entre o público e o privado.⁴⁴

Para o SOS, além de um conjunto de determinados direitos,

(...) cidadania também é uma “prática conflituosa vinculada ao poder que reflete as lutas sobre quem poderá dizer o quê ao definir quais os problemas comuns e como serão tratados”. Ou seja, a conquista dos direitos passa necessariamente pelo reconhecimento e a ação dos/as sujeitos políticos e seus projetos; é o “direito de ter direitos” [Arendt, citado em Jelin, 1994].⁴⁵

Nesse sentido, o conceito estava intimamente ligado às lutas gerais pela democratização travadas por uma variedade de movimentos sociais do Brasil naquela época.

Por fim, “cidadania” abrangia não somente garantir o direito das mulheres e de outros grupos vulneráveis de tomar as decisões que afetassem suas vidas, como também assegurar as condições sociais para que pudessem aproveitar esse direito. As mulheres que enfrentavam as condições dramáticas de pobreza, analfabetismo, doença e racismo, especialmente no Nordeste do Brasil, não teriam acesso à “livre” escolha política e reprodutiva sem mudanças radicais nas relações sociais. Em um artigo publicado na Revista de Estudos Feministas, Maria Betânia Ávila, coordenadora do SOS, escreveu: “O feminismo (...) deve se constituir em um lugar permanente de redefinição e inserção destes direitos [reprodutivos] na dinâmica mais ampla da transformação das desigualdades sociais”.⁴⁶

Nesse contexto, o discurso do SOS sobre cidadania implicava uma oposição firme ao modelo econômico e político dominante cujos efeitos em termos de miséria e marginalização

⁴⁴ ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. Revista *Estudos Feministas*, segundo semestre de 1993, p.392.

⁴⁵ CAMURÇA e GOUVEIA. *Cidade, Cidadania...* Op.cit., p.7.

⁴⁶ ÁVILA. Modernidade e cidadania reprodutiva. Op.cit., p.391.

Feminismos viajantes

sentiam-se cada vez mais nos anos 90 entre as mulheres com quem ele trabalhava. Nas palavras de Ávila:

[...O] liberalismo (...) onde o mercado é percebido como a instância promotora das possibilidades de escolha, e a acumulação e a concorrência são valores básicos para sua sustentação – não poderia jamais incorporar integralmente as questões implícitas na noção de Direitos Reprodutivos.⁴⁷

A cidadania plena e a economia competitiva de mercado defendida por sucessivos governos brasileiros eram fundamentalmente incompatíveis.

A mudança no discurso do SOS do “corpo” para o tipo de “cidadania” descrito acima teve importantes implicações teóricas e estratégicas. O discurso do corpo estivera inicialmente ligado a práticas baseadas num voltar-se para dentro de um ser autônomo. Porém, à medida que a prática da organização evoluiu, o corpo se constituiu no portador de direitos (reprodutivos) e, portanto, um sujeito político. Em ambos os casos, o foco estava na especificidade da mulher e a luta se definia como incumbência das mulheres. O avanço para a cidadania, que surgiu dessa mudança nas práticas, estabeleceu um marco mais amplo no qual os direitos corporais deveriam ser reivindicados. Ele implicava – na verdade, exigia – a negociação de alianças com grupos diversos, tanto dentro como fora do Brasil, que compartilhassem um interesse nessa visão inclusiva. E significava entender como, não apenas as mulheres, mas homens e mulheres, bem como as relações reconstruídas entre os dois sexos poderiam fazer parte dessa visão. Tal como com o “corpo”, a ênfase estava na diferença de gênero, em vez de estar na igualdade, mas nesse caso, estava nos direitos específicos exigidos para garantir que as mulheres, em especial as pobres, tivessem estatuto igual como sujeitos políticos.

⁴⁷ Id., ib., p.387.

O novo discurso da cidadania não veio de fora, mas dos movimentos brasileiros que lutavam para levar a democratização para além dos limites estreitos concebidos pela elite. Ele começou a circular na oposição nos anos 80, quando a derrota do regime militar se tornou inevitável e se estabeleceram as instituições formais da democracia política, e se tornou um veículo para uma ampla diversidade de aspirações por direitos sociais então suprimidas, de emprego e terra a orgulho racial e cultura, saúde e prazer sexual. Como uma pessoa da equipe do SOS explicou, era também um meio de rejeitar as velhas práticas clientelistas:

Cidadania, na discussão assim bem geral (...) significa isso: eu sou uma pessoa cheia de direitos, que podem não ser reconhecidos, mas eu tenho o direito de ser feliz, de ganhar dinheiro, de estudar (...), de me divertir, de ter saúde. Eu não estou devendo favor a ninguém. Eu tenho de cobrar esse direito pra mim. Para isso, eu tenho que ter direito de participar, de me expressar, de me organizar livremente, de fazer passeata, de fazer pressão política.

Não surpreende que a concepção de cidadania construída por uma oposição com formação marxista rejeitasse também as políticas liberais e enfatizasse a importância da transformação social como condição necessária para a participação política.

Mas apesar das origens nativas da cidadania como discurso de oposição, o feminismo transnacional – e as agências internacionais de financiamento que facilitavam o acesso a ele – também desempenharam um papel na conformação do conteúdo específico que as feministas deram à cidadania. As experiências das fundadoras do SOS com movimentos em torno de questões da reprodução na Europa e nos EUA e sua participação no movimento internacional da saúde da mulher nos anos 80 contribuíram para sua concepção de direitos. As lutas anteriores nos países do Norte em torno do aborto e do controle de natalidade como fundamentais para o direito da mulher à sexualidade foram ampliadas e reformuladas como direitos

reprodutivos no Tribunal Internacional de 1984, em Amsterdã. Segundo Ávila, “Nesta nova perspectiva, a concepção, o parto, a contracepção e o aborto são percebidos como fatos interligados onde a impossibilidade de acesso a qualquer um deles remete a mulher para um lugar de submissão”.⁴⁸ Esse enfoque, que defende o direito da mulher de ter filhos, bem como de não os ter, é o que se reflete no sentido que o SOS deu à cidadania.

Por fim, a relação das feministas com o Estado desempenhou um papel na construção do discurso da cidadania. Durante a década de 80, a abertura para os movimentos feministas levou o SOS e outras organizações a ocupar espaços dentro do Estado e a participar em lutas pelo reconhecimento formal de direitos sociais. Porém, apesar de uma série de vitórias, muitos dos programas propostos, inclusive o PAISM, nunca foram efetivamente implementados. Segundo a análise do SOS, isso foi consequência da intervenção da Igreja e de agências de planejamento familiar privadas, da corrupção política e falta de vontade política de atender às necessidades das mulheres, bem como dos laços estruturais entre o Estado e as elites econômicas interessadas em restringir os gastos sociais.⁴⁹

Enquanto isso, a crescente crise econômica aprofundava a crise da saúde reprodutiva. Em 1992, um estudo revelou que 64,39% das mulheres nordestinas que usavam métodos contraceptivos estavam esterilizadas, um aumento de 16,49% em relação a 1986.⁵⁰ Esse foi um fator determinante do que foi chamado de “transição demográfica”, expressa em queda acentuada de taxas de fertilidade. Ao mesmo tempo, houve um aumento dramático da mortalidade materna. A combinação da deterioração das condições de saúde com o fechamento de portas para as feministas no nível nacional e a clara insuficiência de um

⁴⁸ Id., ib., p.383.

⁴⁹ ÁVILA, B. PAISM. Op.cit; CORRÊA, Sônia. PAISM: Uma história sem fim. Recife, SOS-Corpo, 1993.

⁵⁰ DSH/Bemfam, citado em CORRÊA, S. PAISM... Op.cit., p.5.

processo de democratização que permanecia no nível das instituições políticas formais levou o SOS a adotar uma concepção de cidadania que abarcava direitos sociais substantivos e que repousava sobre uma visão política inclusiva.

O gênero, enquanto discurso com raízes acadêmicas distantes de Recife, oferecia muito para as feministas locais. Mas era somente mediante sua fusão com conceitos brasileiros de cidadania que suas implicações radicais podiam ser plenamente exploradas. Ao exigir a extensão da democratização, a cidadania abrandava até certo ponto os desequilíbrios criados pelo acesso desigual às conexões globais e proporcionava um marco para alianças entre movimentos baseados em classe, raça, orientação sexual e gênero, entre outros. Porém, a efetivação dessas alianças permanecia sujeita a disputas e negociações.

Viagens deslocadas

A experiência do SOS mostra claramente que as teorias e discursos feministas seguem, às vezes, trajetórias do Norte para o Sul, onde são seletivamente apropriadas e idiossincriticamente implementadas no contexto de novas configurações institucionais. Mas será que elas viajam na direção inversa? Será que “gênero” ligado a “cidadania” sobreviveu à jornada para o Norte para ser adaptado e incorporado pelas militantes dos EUA, da mesma forma que “corpo da mulher” e “gênero” tinham viajado para o Sul e sido apropriados e transformados pelas feministas do Recife?

A volta ao Boston Women’s Health Book Collective (BWHBC), quase trinta anos depois de seu surgimento, encontrou uma organização bastante diferente em muitos aspectos, mas ao mesmo tempo, bem fiel à sua orientação discursiva original. O corpo da mulher continua no centro de seu projeto; nem gênero, nem cidadania aparecem em qualquer ponto de seu discurso. Onde o SOS usava a linguagem do “gênero”, o Coletivo de Boston continuava a falar de “mulheres”; onde o SOS combatia a exclusão social e tinha por alvo o Estado, o BWHBC continuava a

Feminismos viajantes

lutar contra o controle social do corpo da mulher e tinha por alvo a instituição da medicina; onde o SOS exigia cidadania e o direito a ter direitos, o Coletivo de Boston continuava a buscar o *empowerment* da consumidora e o direito a controlar o próprio corpo.

A experiência do BWHBC não é a única. Em todos os EUA, poucas militantes feministas fora da universidade deram aos discursos do gênero e da cidadania o lugar central em seu trabalho e pensamento que eles ocuparam para o SOS Corpo e outras feministas brasileiras.⁵¹ A viagem discursiva e teórica entre militantes da saúde das mulheres em diferentes partes do globo tem uma qualidade deslocada, com os fluxos do Norte para o Sul ocorrendo com mais facilidade do que na direção inversa. De um lado, está claro que as ativistas de diferentes locais se engajam em diferentes tipos de instituições. A organização no contexto de um Estado recém democratizado, por exemplo, pede estratégias discursivas diversas da organização no contexto de uma vasta indústria da medicina privada. Mas então, como foi possível que as feministas brasileiras conseguiram usar os discursos dos movimentos de saúde da mulher europeus e norte-americanos, bem como as teorias da academia do Norte, mesmo adaptando-as às condições locais, enquanto que o oposto não ocorreu?

Aqui entram em cena aquelas forças globais dominantes que têm o poder de fechar fronteiras e excluir ou garantir sua porosidade às importações culturais. As barreiras à migração conceitual do Sul para o Norte são tanto econômicas quanto discursivas. De um lado, a periferia e seus produtos intelectuais são construídos ao mesmo tempo como exóticos e específicos,

⁵¹ Evidentemente, a situação nas universidades americanas é bem diferente, com a penetração das teorias e dos discursos de gênero em muitas disciplinas e a proliferação de debates sobre cidadania. O fato de que essas tendências não se refletem entre as militantes feministas americanas atesta o abismo existente nesse país entre a academia e os movimentos de mulheres, um abismo que é, por motivos históricos, muito menos significativo no Brasil e no resto da América Latina.

enquanto que o centro e seus discursos gozam de estatuto universal e abrangente. De outro, as desigualdades econômicas asseguram que as redes de distribuição para a teorização brasileira, acadêmica ou militante, não funcionem com a mesma insistência e poder do que aquelas que disseminam os discursos e teorias euro-norte-americanos.⁵² Apesar de suas realizações significativas, o movimento feminista transnacional está apenas nos primórdios do processo de construção de um espaço social onde a viagem discursiva horizontal possa substituir as assimetrias fundamentais nos fluxos culturais globais e os movimentos de mulheres do Norte possam se beneficiar plenamente da rica experiência das feministas do Sul.⁵³

⁵² COSTA. *Being There and Writing Here...* Op.cit.

⁵³ Agradecimentos especiais vão para Michael Burawoy e os co-autores de *Global Ethnography* por suas leituras e seus comentários cuidadosos sobre as várias encarnações deste artigo. Gostaria de agradecer também a Sonia Alvarez, Maria Betânia Ávila, Caren Kaplan, Leslie Salzinger, Maria Cecília dos Santos e Hulda Stadler por suas observações sobre o trabalho, bem como a Tiana Arruda, Regina Camargo, Cida Fernandez e Ana Nery dos Santos pelo trabalho penoso de transcrição de fitas. Agradeço especificamente às participantes do SOS Corpo e do Boston Women's Health Book Collective por sua disposição em se submeterem a essa pesquisa etnográfica e pela generosidade ao me cederem tempo e sabedoria acumulada. Meu trabalho teve o apoio da Andrew W. Mellon Foundation e do Vice Chancellor's Research Fund e de uma Humanities Graduate Research Grant da Universidade de California, Berkeley.